DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 7588/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/8471/2015
PROTOCOLO	: 1583530
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA
ORDENADOR	: DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ
ASSUNTO	: CONVÊNIO Nº 026/2014
RELATOR	: JERSON DOMINGOS
CONVENIADO	: OBRAS SOCIAIS JESUS CONSOLADOR
OBJETO	: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, PARA FACULTAR DESPESAS DE CUSTEIO, EXCLUSIVAMENTE, NO PROJETO CRIANÇA E JOVEM DIGITAL
VALOR	: R$ 79.894,00 (SETENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)

Em análise a prestação de contas do Convênio nº 026/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Paranaíba e a entidade Obras Sociais Jesus Consolador, tendo como objeto o repasse de recursos financeiros, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para facultar despesas de custeio, exclusivamente, no Projeto Criança e Jovem Digital.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA-3ICE-16712/2015 (fls. 153-155), entendeu pela regularidade da prestação de contas do Convênio nº 026/2014.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.JAC-112941/2015 (fl. 156), opinou pela regularidade da respectiva prestação de contas.

É o relatório**.**

Na análise da prestação de contas do Convênio nº 026/2014, diante da manifestação tanto da 3ª Inspetoria de Controle Externo quanto do Ministério Público de Contas, verifica-se que foram observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93 e as suas alterações, bem como do Decreto nº 11.261/2003, da Resolução/SEFAZ nº 2093/2007, além

das normas regimentais desta Corte de Contas.

O Convênio em análise respeitou os prazos quanto à publicação e remessa a esta Corte de Contas, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações e com a Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011, além de apresentar a sua documentação regular, de acordo com as exigências regimentais.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha pelo Corpo Técnico da 3ªICE[1], apresenta-se nos seguintes termos:

Valor do convênio: R$ 79.894,00
Aplicação financeira: R$ 1.125,78
Total de recursos: R$ 81.019,78
Prestação de contas: R$ 81.019,78

NOTAS DE EMPENHO	R$ 79.894,00
ORDEM BANCÁRIA	R$ 79.894,00
DOCUMENTOS DE DESPESAS	R$ 81.019,78

Assim, observa-se que a execução financeira encontra-se de acordo com a legislação regente, restando clara a sua regularidade.

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 3ª ICE e do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

1) Pela **REGULARIDADE** da prestação de contas do Convênio nº 026/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Paranaíba e a entidade Obras Sociais Jesus Consolador, nos termos dos arts. 35, III e 59, I da Lei Complementar nº 160/2012;

2) pela **INTIMAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos

[1] ANA-3ICE-16712/2015.

do art. 50[2] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[3], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande, MS, 14 de outubro de 2015.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

[2] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[3] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.